

pedras transmissora <

pedras

transmissora

</



PEDRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.242.524/0001-42

	2025	2024
PIS	33.441	6.942
COFINS	154.032	31.973
	187.473	38.915

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	9.010	1.514
Não circulante	178.463	37.401
	187.473	38.915

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Imposto de renda	169.649	42.251
Contribuição social	61.026	15.163
	230.675	57.414

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para perdas de crédito esperadas	(98)	(31)	(33)	(11)
Prejuízo fiscal	(41.271)	-	(14.022)	-
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	719.794	168.896	244.730	57.425
	678.425	168.865	230.675	57.414

15 Contingências: A Companhia é parte em um processo judicial, oriundos do curso normal de suas operações. Esse processo envolve assunto de natureza cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e não identificou a necessidade de reconhecer provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Os valores de passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados que não possuem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação. **(a) Desconto da parcela variável** - A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por atraso na entrada em operação antes do julgamento do processo administrativo. O processo administrativo foi julgado e o desconto aplicado, o que acarretou na perda de objeto da ação judicial, seguida por sentença desfavorável à Companhia, condenando a mesma em honorários de sucumbência. A ANEEL entrou com recurso solicitando a majoração dos honorários de sucumbência. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 38 e R\$ 28, respectivamente e foi avaliada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **16 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Durante o exercício findo em 2025 e 2024, a acionista aumentou o capital social na Companhia em R\$ 73.714 e R\$ 114.741, respectivamente. O objetivo desse aporte foi suprir os pagamentos referentes ao investimento do Contrato 11/2023, conforme nota explicativa 1.1 (b). Em 31 de março de 2025, a Companhia deixou de ser controlada pela Celeo Redes do Brasil S.A. e passou a ser controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. (Celeo Renováveis), mediante a transferência da totalidade (100%) de suas ações. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 300.187 e R\$ 226.473, respectivamente, dividido em 300.187 (trezentos milhões, cento e oitenta e sete mil) e 226.473 (duzentos e vinte e seis milhões, quatrocentas e setenta e três mil) ações ordinárias e nominativas, respectivamente, de valor nominal a R\$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela Celeo Renováveis. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	16.814	3.774

ii. Reserva de retenção de lucros - No exercício findo em 2025, devido a atual fase de construção referente ao contrato de concessão N° 11/2023, a administração da Companhia destinou o montante de R\$ 319.458 para a retenção de lucros. A reserva de retenção de lucros ultrapassou o capital social em R\$ 118.452 e por isso o excesso foi destinado para dividendos adicionais propostos e será deliberado na próxima AGO. A destinação da reserva de retenção de lucros está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	16.814	3.774

ii. Reserva de retenção de lucros - No exercício findo em 2025, devido a atual fase de construção referente ao contrato de concessão N° 11/2023, a administração da Companhia destinou o montante de R\$ 319.458 para a retenção de lucros. A reserva de retenção de lucros ultrapassou o capital social em R\$ 118.452 e por isso o excesso foi destinado para dividendos adicionais propostos e será deliberado na próxima AGO. A destinação da reserva de retenção de lucros está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva de retenção de lucros	319.458	71.717

(c) Dividendos mínimos obrigatórios - Devido a atual fase de construção referente ao contrato 11/2023, por meio da AGE, realizada em 10 de dezembro de 2024, foi deliberada que em caráter excepcional e temporário, para todos os fins do artigo 202 da Lei das S.A., o pagamento de dividendos anuais obrigatórios, ajustados na forma da lei, serão correspondentes a 0% (zero por cento) do lucro líquido do exercício ou do lucro líquido apurado em qualquer período. **(d) Dividendo adicional proposto** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Foi constituído R\$ 118.452 de dividendo adicional proposto conforme descrito no item (b).

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	25 de abril de 2024	6.622	Aprovação para o pagamento de dividendos adicionais.

17 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita de construção - Contrato 11/2023	1.702.231	256.379
Receita de construção - Reforço terceiro capacitor	-	7.226
Remuneração do ativo	18.008	17.040
Receita de operação e manutenção	3.127	2.815
Efeito da revisão lanfária periódica	-	3.203
Impacto da entrada em operação comercial - Reforço terceiro capacitor	-	(1.142)
Ganho na RAP	9.686	3.030
Impacto na alteração do desembolso	(96.178)	-
Compartilhamento de infraestrutura	259	247
Parcela variável	(132)	(101)
Receita bruta	1.637.001	288.697
PIS e COFINS correntes	(2.756)	(2.049)
PIS e COFINS diferidos	(148.558)	(24.357)
Encargos setoriais	(918)	(832)
Deduções da receita	(152.232)	(27.238)
	1.484.769	261.459

(a) O aumento no exercício refere-se à evolução dos investimentos realizados no Contrato 11/2023. Para maiores detalhes veja nota explicativa 1.1. (b) O saldo apresentado em 2024 refere-se ao impacto do reajuste da RTP no ciclo 2024-2025. (c) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada. (d) A parcela variável é reconhecida no momento da ocorrência do evento, por meio da Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) e quando não disponível, são realizadas provisões suficientes para garantir eventuais perdas. (e) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Reserva global de reversão (RGR)	(727)	(560)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(235)	(186)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	44	(86)
	(918)	(832)

(f) O saldo se refere aos efeitos da alteração no cronograma de desembolso da obra do lote 6. **18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas: (a) Custo de construção** - A abertura do custo de

construção está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Máquinas, equipamentos e materiais	(475.573)	(95.282)
Serviços	(415.237)	(29.276)
Fundiário	(19.069)	(10.858)
Meio ambiente	(2.725)	(2.107)
Veículos	(477)	-
	(913.081)	(137.523)

(b) Custos operacionais

	2025	2024
Manutenção de linhas e subestações	(i)	(1.113)
Pessoal	(894)	(781)
Vigilância e segurança	(372)	(383)
Viagem e hospedagem	(266)	(177)
Seguros	(231)	(238)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(193)
Material	(151)	(52)
Diversos	(316)	(183)
	(3.536)	(2.511)

(i) Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão e das subestações. (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 22 (a).

(c) Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Consultorias	(297)	(247)
Prestação de serviços administrativos	(i)	(165)
Incentivos fiscais	(55)	(115)
Publicações	(38)	(38)
Viagem e hospedagem	(20)	(14)
Diversos	(98)	(125)
	(673)	(704)

(ii) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 21 (a).

19 Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	(i)	12.438
Receitas financeiras	12.438	1.200
Juros - financiamento	(23.635)	(32)
Juros - debêntures	(40.639)	-
Custo de transação - financiamento	(3.043)	(10)
IOF - financiamento	(243)	(2.203)
Outras despesas	(2.757)	(431)
Despesas financeiras	(70.317)	(2.676)
	(57.879)	(1.476)

(i) Conforme demonstrado na nota explicativa 13, o aumento do rendimento de aplicação financeira está relacionado as captações do financiamento e das debêntures. (ii) Refere-se ao Imposto sobre operações financeiras (IOF) sobre a captação do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), conforme nota explicativa 13 (a).

20 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	509.533	113.641
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(173.241)	(38.638)
Incentivo fiscal - IRPJ	47	(115)
Exclusões	(67)	603
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(173.261)	(38.150)
IR e CS correntes	-	(2.391)
IR e CS diferidos	(173.261)	(35.759)
Alíquota efetiva	34%	34%

21 Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais

	Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024
Celeo (i)	35	49	(193)	(184)
Celeo (ii)	-	-	(165)	(165)
Celeo (iii)	1.872	1.811	-	(1.812)
Elecnor (iii)	26.905	37	-	-
	28.812	1.897	(358)	(2.161)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "custos operacionais"; (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "despesas gerais e administrativas"; e (iii) refere-se aos gastos relacionados ao leilão Aneel para o Lote 6. **(b) Remuneração da administração** - Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve atribuições de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.

(c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	-	6.622
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais	-	6.622
Pagamento de dividendos	-	(13.242)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	-	-

22 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento e as debêntures da Companhia possuem taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na

hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(11.590)	(8.692)	(5.795)
Financiamento	Aumento do CDI	42.180	52.724	63.269
Debêntures	Aumento do CDI	96.096	120.120	144.144

*Fonte: O CDI para o cenário provável (15%) foi considerado conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		2025		2024	
	Hierarquia do valor justo	Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	8	275	-	1.407	-
Títulos e valores mobiliários	Nível II	-	68.719	-	129.732
Concessionárias e permissionárias	9	2.841	-	2.258	-
Ativos Financeiros		3.116	68.719	3.665	129.732
Fornecedores		42.964	-	4.092	-
Financiamento	12	281.197	-	150.000	-
Debêntures	12	640.639	-	-	-
Passivos Financeiros		964.800	-	154.092	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo) - A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

		2025		2024	
	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures 1ª emissão	12	Nível II	325.502	325.502	-

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debêntures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem. Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **23 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segura
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	84.037
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
Responsabilidade da administração	16.04.2025 a 16.04.2026	50.000
Construtor ANEEL	28.09.2023 a 29.12.2028	60.170

José Mauricio Scovino de Souza Diretor Técnico	Marcus Hansen Balata Diretor Financeiro
Bruno M. S. M. Melo Contador CRC-RJ 111193/O-8	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da Pedras Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pedras Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de concessão e da receita de contrato com cliente	
Veja as Notas 6 e 10 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfetida ao longo do tempo. A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente; ii) a verificação se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47; iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.481/2025 e nº 3.348/2024, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer

forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos